



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para aquisição de materiais de Informática, doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II - DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, consta indicada abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
01	<p>Kit - Rack 19" 12U com 3 organizadores de cabo horizontal, 1 bandeja e 1 régua de tomadas.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Possuir uma altura de 12 Us;2. Permitir a acomodação e a fixação direta de equipamentos empilháveis de 19" (Switches, roteadores, etc...) e acessórios de cabeamento (Patch Panel, Guia de Cabos, etc...) sem a necessidade de ajustes e/ou perfuração do RACK;3. Profundidade mínima de 470 mm (quatrocentos e setenta milímetros);4. Deverá possuir uma porta de acesso frontal com as seguintes características:<ul style="list-style-type: none">- Possibilitar o acesso frontal somente com a utilização de uma chave (esta chave deverá ser fornecida juntamente com uma cópia da mesma);- Possuir tampo de vidro ou acrílico transparente.5. Possuir tampos laterais com as seguintes características:<ul style="list-style-type: none">- Confeccionados em metal (aço SAE 1020 com no mínimo 0,75mm de espessura) tratado de forma a ser resistente e protegido contra corrosão;- Acabamento em pintura epóxi;- Possibilitar a abertura e/ou a retirada dos tampos. Caso haja a necessidade de utilização de ferramentas para a abertura e/ou retirada dos tampos laterais, a mesma deverá ser fornecida.- Possuir aletas de ventilação;6. Confeccionado em metal (aço SAE 1020 com no mínimo 0,75mm de espessura) tratado de forma a ser resistente e protegido contra corrosão;7. Acabamento em pintura epóxi ;8. Possuir duas aberturas adequadas para saída de cabos de rede, força e outros que se façam necessários. As aberturas devem ser localizadas uma na parte inferior do rack e a outra na parte superior.9. Capacidade de carga de pelo menos 50Kg;10. Não deve possuir mais do que 23 kg quando vazio;11. Deve possuir duas régua de plano para montagem, reguláveis na profundidade, sendo

estas confeccionadas em chapa de aço (espessura mínima de 1,50 mm) com furações quadradas (padrão europeu) de 9,0 mm para porca gaiola;

12. O rack deve vir acompanhado de kit contendo:

- Sistema de fixação em parede com parafusos e buchas que suportem a carga máxima do rack;

- 03 (três) Organizadores de cabos horizontal de metal 1U, com tampa metálica removível. Cor predominante igual a do rack;

- 01 (uma) Régua elétrica com, no mínimo, 6 tomadas 10A/500V padrão NBR (2P+T) fabricada em caixa de 1U em chapa de aço com pintura epóxi texturizada, cabo de força com pelo menos 1,8 metros. A régua deve ter abas laterais que permitam a sua fixação em rack de 19" através de 4 parafusos. Cor predominante igual a do rack;

- 01 (uma) Bandeja de 1U x 360 mm com 2 pontos de fixação para racks de 19", fabricada em chapa de aço (espessura mínima de 1,50 mm) com pintura epóxi texturizada. Cor predominante igual a do rack;

- 32 (trinta e duas) porcas-gaiola em metal para futura fixação de equipamentos;

- Parafusos, buchas e outros acessórios que se façam necessários para sua correta fixação na parede.

13. Considerações finais:

- O Rack deverá ser entregue nas dependências do TRE, inclusive com TODOS os acessórios;

- Não será aceito nenhuma adequação ao RACK (ex.: recorte dos acessórios, uso de adaptadores, etc...) e nem a utilização de peças que não sejam devidamente apropriadas;

14. Garantia do fornecedor de, pelo menos, 12 meses (01 ano). Prazo contato a partir do recebimento do produto.

Marcas de referência: Furukawa, Raker, Nikko ou similar

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Unidade	15	R\$631,87	R\$9.478,05	R\$ 50,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
02	<p>Patch panel FURUKAWA MULTILAN 24 portas CAT.5e (Padrão em uso no TRE-MS)</p> <p>5.1 Deve obedecer aos requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568C.2 para cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagem;</p> <p>5.2 Deve suportar cabeamento horizontal ou secundário, em salas de telecomunicação (cross-connect) na função de distribuição de serviços em sistemas horizontais;</p> <p>5.3 Deve obedecer aos requisitos estabelecidos nas normas para CAT.5e;</p> <p>5.4 Deve possuir desempenho garantido para até 4 conexões em canais de até 100 metros;</p> <p>5.5 Deve possuir painel frontal de guia de termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0);</p> <p>5.6 Deve possuir estrutura de aço;</p> <p>5.7 Deve possuir 24 portas (posições RJ-45);</p> <p>5.8 Deve possuir painel frontal em plástico com porta etiquetas para identificação;</p> <p>5.9 Deve possuir terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC;</p> <p>5.10 Deve conter vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro com diâmetro de 26 a 22 AWG;</p> <p>5.11 Deve possuir cor predominante preta;</p> <p>5.12 Deve ser fornecido com ícones de identificação (ícones na cor azul e ícones na cor vermelha) e 24 braçadeiras plásticas para organização;</p> <p>5.13 Deve ser compatível para instalação em Racks de 19";</p> <p>5.14 Deve atender as normas TIA/EIA 568.C.2 e seus adendos;</p> <p>5.15 Deve atender o padrão IEC 11801 (especifica padrões de cabeamento estruturado de telecomunicação aplicado em larga escala);</p>

<p>5.16 Deve atender a norma NBR 14565;</p> <p>5.17 Deve acompanhar protetores traseiros;</p> <p>5.18 Deve acompanhar guia traseiro para melhor organização dos cabos;</p> <p>5.19 Deve possuir contatos IDC com ângulo de 45° para melhor desempenho elétrico;</p> <p>5.20 Deve acompanhar folheto de montagem em português;</p> <p>5.21 Deve atender e estar identificado com a Categoria e RoHS Compliant;</p> <p>5.22 Deve possuir Garantia do fabricante de, pelo menos, 12 meses (01 ano). Prazo contato a partir do recebimento do produto.</p> <p>MARCA OBRIGATÓRIA: PATCH PANEL FURUKAWA MULTILAN CAT.5e - 24 PORTAS. Cód. 35030152</p>				
UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Unidade	30	R\$420,23	R\$12.606,90	R\$ 50,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS			
03	<p>Cabo de rede Cat.5e – Furukawa Multilan (padrão em uso no TRE-MS)</p> <p>2.1 Deve atender os requisitos físicos e elétricos da norma TIA-568-C.2;</p> <p>2.2 Deve possuir 4 pares 24AWG de cobre nu;</p> <p>2.3 Os condutores isolados devem ser reunidos dois a dois, formando par. Os passos de torcimento devem ser adequados, de modo a atender os níveis de diafonia previstos e minimizar o deslocamento relativo entre si;</p> <p>2.4 Possuir pares da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Par 1: azul + branco com listra azul; - Par 2: laranja + branco com listra laranja; - Par 3: verde + branco com listra verde; - Par 4: marrom + branco com listra marrom. - Fica vedado qualquer outra combinação de cores ref. aos pares trançados; <p>2.5 Os cabos devem possuir, no mínimo, classificação CM (UL 1685 ou superior) quanto ao comportamento frente à chamas;</p> <p>2.6 Deve possuir diâmetro nominal de 5mm;</p> <p>2.7 Deve vir impresso no cabo as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Metragem; - Número de Homologação da Anatel; - Categoria; - Classificação de flamabilidade. <p>2.8 A caixa deve possuir cabo único com 305m;</p> <p>2.9 O produto deve cumprir com os requisitos quanto ao não uso de substâncias e elementos químicos perigosos ao meio ambiente conforme a diretiva RoHS ou equivalente;</p> <p>2.10 Deve ser na cor azul.</p> <p>MARCA OBRIGATÓRIA: Cabo FURUKAWA MULTILAN CAT. 5E U/UTP 24AWGx4P - CM. Cód. 23200080</p>			
UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Caixa (305m)	15	R\$662,03	R\$9.930,50	R\$ 50,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS			
04	<p>Cabo de rede Cat.6 – Furukawa Gigalan (padrão em uso no TRE-MS)</p> <p>2.1 Deve atender os requisitos físicos e elétricos da norma TIA-568-C.2;</p> <p>2.2 Deve possuir 4 pares 23AWG de cobre nu;</p> <p>2.3 Os condutores isolados devem ser reunidos dois a dois, formando par. Os passos de torcimento devem ser adequados, de modo a atender os níveis de diafonia previstos e minimizar o deslocamento relativo entre si;</p> <p>2.4 Possuir pares da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Par 1: azul + branco com listra azul; - Par 2: laranja + branco com listra laranja; - Par 3: verde + branco com listra verde; - Par 4: marrom + branco com listra marrom. - Fica vedado qualquer outra combinação de cores ref. aos pares trançados; <p>2.5 Os cabos devem possuir, no mínimo, classificação CM (UL 1685 ou superior) quanto ao comportamento frente à chamas;</p> <p>2.6 Deve possuir diâmetro nominal de 6mm;</p> <p>2.7 Deve vir impresso no cabo as seguintes informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Metragem; - Número de Homologação da Anatel; - Categoria; - Classificação de flamabilidade. <p>2.8 A caixa deve possuir cabo único com 305m;</p> <p>2.9 O produto deve cumprir com os requisitos quanto ao não uso de substâncias e elementos químicos perigosos ao meio ambiente conforme a diretiva RoHS ou equivalente;</p> <p>2.10 Deve ser na cor vermelha.</p> <p>MARCA OBRIGATÓRIA: Cabo FURUKAWA GIGALAN CAT. 6U/UTP 23AWGx4P - Cód.23400044</p>			
UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Caixa (305m)	03	R\$1.299,58	R\$3.898,74	R\$ 20,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS
05	<p>Conector FURUKAWA RJ-45 fêmea Cat.6 (Branco ou Bege, padrão em uso no TRE-MS)</p> <p>1.1 Para uso em sistemas de Cabeamento Estruturado para tráfego de voz, dados e imagens;</p> <p>1.2 Deve atender aos requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568B.2 para cabeamento horizontal ou secundário, uso interno, em ponto de acesso na área de trabalho para tomadas de serviços em sistemas de cabeamento estruturado;</p> <p>1.3 Deve exceder os limites estabelecidos nas normas para CAT.6 / Classe E;</p> <p>1.4 Performance garantida para até 6 conexões em canais de 100 metros;</p> <p>1.5 Deve permitir a instalação em ângulos de 90º ou 180º, oferecendo melhor performance elétrica, maior agilidade e organização na montagem, reduzindo os raios de curvatura dos</p>

cabos. 1.6 Material de contato elétrico de bronze fosforoso com 50 μin (1,27 μm) de ouro e 100 μin (2,54 μm) de níquel; 1.7 Deve aceitar condutores de 22 a 26 AWG; 1.8 Deve vir impresso os padrões para montagem T568A/B; 1.9 Deve suportar força de retenção entre jack e plug de, no mínimo, 133 N; 2.0 Deve suportar, no mínimo, 200 ciclos no bloco IDC e, no mínimo, 750 no RJ-45; MARCA OBRIGATÓRIA: Plug RJ-45 fêmea Furukawa Gigalan CAT.6 - Cod. 35030621 (branco), 35030622 (beje), 35060601 (premium branco) ou 35060602 (premium beje)				
UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Unidade	180	R\$32,46	R\$5.842,80	R\$ 25,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
06	<p>Patchcord Cat 6 de 1,5 metros– Poderá ser solicitado amostra do produto.</p> <p>3.1 Deve ser fornecido na cor verde (para manter o padrão adotado pelo TRE-MS e que está com poucas unidades atualmente).</p> <p>3.2 Patch cord tipo RJ-45 – RJ-45, CAT6, estar de acordo com a norma 568C.2; com comprimento de 1,5 metro;</p> <p>3.3 Será aceita variação de tamanho de até 2,5cm (dois centímetros e meio), para mais;</p> <p>3.4 Deve possuir conectores modulares de 8 (oito) posições do tipo RJ-45 em ambas as extremidades;</p> <p>3.5 Deve ser confeccionado com cordão de 4 (quatro) pares trançados tipo UTP, com condutores de cobre multifilares de 24AWG, compatível com os padrões para CAT6;</p> <p>3.6 Deve possuir classe de flamabilidade CM (ou superior). Essa informação precisa vir gravada no corpo do produto;</p> <p>3.7 Deve possuir vias de contato elétrico em bronze fosforoso com camadas de 2,54μm de níquel e 1,27μm de ouro ou ser de composição superior;</p> <p>3.8 Deve atender a norma ANSI/EIA/TIA-568C.2 em todos os aspectos (características elétricas e mecânicas);</p> <p>3.9 Deve possuir capas termoplásticas, inseridas sobre a trava dos conectores RJ-45 machos, a fim de evitar fismamentos do cabo;</p> <p>3.10 Deve possuir boot injetado, para evitar fadiga do cabo junto ao conector RJ-45;</p> <p>3.11 Deve possuir nº de Certificado de Homologação da Anatel gravado no corpo do cabo;</p> <p>3.12 Deve ser, necessariamente, conectorizado, testado e certificado em fábrica com conectores modulares de 8 posições do tipo RJ-45;</p> <p>3.13 Deve ser embalado individualmente em bolsas originais tal como saem da fábrica;</p> <p>3.14 Todos os patch cords deverão ser originais de fábrica, elaborados e construídos pelo mesmo fabricante;</p> <p>3.15 O produto deve cumprir com os requisitos quanto a taxa máxima de compostos que não agriam ao meio ambiente conforme a diretiva RoHS</p> <p>3.16 Deve possuir garantia de, ao menos, 12 meses pelo fabricante;</p> <p><i>Produto de referência: PATCH CORD U/UTP GIGALAN CAT.6 1,5m - CM - Furukawa ou similar</i></p> <p><i>Imagem de referência (cor deve ser verde):</i></p>



UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Unidade	180	R\$41,87	R\$7.536,60	R\$ 30,00

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
07	<p>Patchcord cat 6 de 2,5 metros– Poderá ser solicitado amostra do produto.</p> <p>4.1 Deve ser fornecido na cor verde (para manter o padrão adotado pelo TRE-MS e que está com poucas unidades atualmente).</p> <p>4.2 Patch cord tipo RJ-45 – RJ-45, CAT6, estar de acordo com a norma 568C.2; com comprimento de 2,5 metro;</p> <p>4.3 Será aceita variação de tamanho de até 2,5cm (dois centímetros e meio), para mais;</p> <p>4.4 Deve possuir conectores modulares de 8 (oito) posições do tipo RJ-45 em ambas as extremidades;</p> <p>4.5 Deve ser confeccionado com cordão de 4 (quatro) pares trançados tipo UTP, com condutores de cobre multifilares de 24AWG, compatível com os padrões para CAT6;</p> <p>4.6 Deve possuir classe de flamabilidade CM (ou superior). Essa informação precisa vir gravada no corpo do produto;</p> <p>4.7 Deve possuir vias de contato elétrico em bronze fosforoso com camadas de 2,54µm de níquel e 1,27µm de ouro ou ser de composição superior;</p> <p>4.8 Deve atender a norma ANSI/EIA/TIA-568C.2 em todos os aspectos (características elétricas e mecânicas);</p> <p>4.9 Deve possuir capas termoplásticas, inseridas sobre a trava dos conectores RJ-45 machos, a fim de evitar fismamentos do cabo;</p> <p>4.10 Deve possuir boot injetado, para evitar fadiga do cabo junto ao conector RJ-45;</p> <p>4.11 Deve possuir nº de Certificado de Homologação da Anatel gravado no corpo do cabo;</p> <p>4.12 Deve ser, necessariamente, conectorizado, testado e certificado em fábrica com conectores modulares de 8 posições do tipo RJ-45;</p> <p>4.13 Deve ser embalado individualmente em bolsas originais tal como saem da fábrica;</p> <p>4.14 Todos os patch cords deverão ser originais de fábrica, elaborados e construídos pelo mesmo fabricante;</p> <p>4.15 O produto deve cumprir com os requisitos quanto a taxa máxima de compostos que não agriam ao meio ambiente conforme a diretiva RoHS</p> <p>4.16 Deve possuir garantia de, ao menos, 12 meses pelo fabricante;</p> <p><i>Produto de referência: PATCH CORD U/UTP GIGALAN CAT.6 2,5m - CM - Furukawa ou similar</i></p> <p><i>Imagem de referência (cor deve ser verde):</i></p>

				
UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO	PREÇO MÁXIMO TOTAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES
Unidade	180	R\$38,27	R\$6.888,60	R\$ 25,00

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/ COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A indicação de produtos de referência feita na descrição de dos itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos similares aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado mantém-se de acordo com as especificações exigidas.

2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3. A determinação de marca e modelo específico para os **Itens 2, 3, 4 e 5** se justifica pelos motivos elencados a seguir:

3.1. O TRE-MS já possui infraestrutura de cabeamento estruturado Multilan Cat.5e e Gigalan Cat.6 Furukawa. Sendo que estes componentes serão utilizados para sua manutenção.

3.2. Para garantir a padronização (cor, dimensões, etc.) e bom funcionamento da rede de dados e voz.

3.3. Esta indicação de marca está respaldada pela Súmula 270/2012-TCU.

4. Reserva-se ao TRE/MS a **faculdade** de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

CAPÍTULO III – DA ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA E DO ENCAMINHAMENTO DE AMOSTRAS

1. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo do produto ofertado.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

3. Para fins de aceitação da proposta, PODERÁ TAMBÉM SER EXIGIDA, especialmente nos casos dos **itens 6 e 7**, da licitante ofertante do menor preço a apresentação de AMOSTRAS para fins de testes de compatibilidade e integridade.

3.1. Mencionadas amostras, deverão ser encaminhadas à Seção de Licitação e Compras, aos cuidados do Pregoeiro, localizada na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Jardim Veraneio/Parque dos Poderes, em Campo Grande, telefone: (67) 3326.5560 ou (67) 2107.7026.

3.2. As amostras deverão ser entregues em embalagem lacrada.

3.3. Poderá ser exigida amostra inclusive da marca/modelo indicado como “*Produto de Referência*” na especificação do item.

4. O prazo para fornecimento das amostras será de 07 (sete) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.

5. As verificações das amostras serão realizadas pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e consistirá, dentre outras, em:

- a) verificações dos requisitos mínimos obrigatórios;
- b) compatibilidade das especificações técnicas exigidas;
- c) teste de funcionamento.

5.1. Do resultado da análise da amostra será emitido RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA, sendo divulgado no sítio do Tribunal na página: www.tre-ms.jus.br. Em caso de desclassificação, será convocado o segundo colocado na licitação para apresentar amostra.

6. As empresas deverão retirar os materiais enviados como amostras na Seção de Licitação e Compras, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento da sessão pública.

6.1. Os custos com o envio e/ou retirada das amostras ficará a cargo da licitante.

6.2. Caso a retirada não ocorra no prazo indicado na cláusula 6, o TRE/MS dará às amostras o destino que entender pertinente.

6.3. Caso as amostras sejam aprovadas não há necessidade de serem retiradas, serão computadas como parte dos materiais que serão entregues.

7. Para os casos onde não há a necessidade de apresentação de amostra, a síntese do resultado da análise técnica das propostas será informada às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

1. A empresa fornecedora deverá entregar o material na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na Rua Delegado José Alfredo Hardman, 184, Campo Grande/MS, na cidade de Campo Grande/MS, das 12:00 h às 18:00

1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

1.2 O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2020-0278 (Portaria).

1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA dos materiais é de **30** (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de empenho.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

6. O **recebimento provisório dos materiais** ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS, e o recebimento definitivo será de responsabilidade da Equipe de Apoio à Contratação designada nos estudos preliminares desta contratação, conforme descrito a seguir.

7. O **recebimento provisório** será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;

b) condições da embalagem e/ou do material;

c) quantidade entregue;

d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;

b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;

c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;

d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

CAPÍTULO V – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).

3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, será instaurado processo administrativo para apuração da responsabilidade, no qual a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da mensagem eletrônica registrada no SEI (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por dia de atraso no fornecimento de material, em caso de atraso superior a 5 dias, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por falha ou defeito no fornecimento dos materiais não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;

c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso não queira receber nota de empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso a entrega dos produtos esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;

e) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, no caso de desatendimento de demais cláusulas do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;

f) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) para pagamento;

g) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Termo de Referência, levar o TRE/MS ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

- a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;
- b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;
- c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR** com a União, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa:

- a) convocados, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- c) não mantiver a proposta no certame licitatório;
- d) comportar-se de modo inidôneo durante o procedimento licitatório ou na fase de execução contratual;
- e) ensejar o retardamento do objeto contratado;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) falhar, ou fraudar, na execução do contrato.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CAPÍTULO VIII – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO IX – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.

2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.

4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem necessários.

5. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA**, Técnico Judiciário, em 28/07/2020, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0863559** e o código CRC **9E0A14BC**.